

PERCURSO HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL E A RELEVÂNCIA DA LEITURA E DO TEXTO NA SALA DE AULA

ANA CLÁUDIA MENDES NOVAIS

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Resumo

Leitura e a escrita são habilidades necessárias para as comunicações. Vivemos em uma sociedade marcada pelo fluxo de informações onde recebemos mensagens a todo instante principalmente com o advento da tecnologia e sua expansão que fez com que as intercomunicações se tornassem constantes e instantâneas. Dessa forma, a leitura e a escrita se reafirmam como necessárias para a comunicação e compressão. Entendendo a relevância do letramento textual bem como sua diversidade que este trabalho tem por objetivo analisar as práticas de leitura com o texto na sala de aula pautada na questão problema: Onde se encontra o letramento textual nas propostas didáticas pedagógicas das professoras dos anos iniciais? Buscando responder tal problemática esta pesquisa se valeu de uma investigação de natureza qualitativa, tendo a observação in loco como método investigativo. Os sujeitos desta foram às professoras do 1º ao 5º ano dos anos iniciais de uma Escola Municipal da Rede Pública de Ensino do MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA.

Palavras-chave: Alfabetização. Leitura. Texto.

3850

Abstract

Reading and writing are necessary skills for communications. We live in a society marked by the flow of information where we receive messages all the time, especially with the advent of technology and its expansion, which has made intercommunications constant and instantaneous. In this way, reading and writing reaffirm themselves as necessary for communication and compression. Understanding the relevance of textual literacy as well as its diversity, this work aims to analyze reading practices with text in the classroom based on the problem question: Where is textual literacy found in the pedagogical didactic proposals of early years teachers? Seeking to answer this problem, this research used a qualitative investigation, using on-site observation as an investigative method. The subjects of this study were teachers from the 1st to the 5th year of the initial years of a Municipal School in the Public Education Network of the MUNICIPALITY OF VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA.

Keywords: Literacy. Reading. Text.

Introdução

Há quem diz não gostar de ler e há quem é amante da literatura. A pesquisadora deste trabalho desde a infância teve contato com a leitura, a mesma foi me apresentada pelas minhas irmãs originando este gosto pela avó materna que se debruçava prazerosamente sobre diversas literaturas tendo a literatura de cordel como a sua preferida. Foi dentro deste contexto que a leitura foi me apresentada como um dos maiores prazeres. Aproximando-me do pensamento Freireano: “é preciso que a leitura seja um ato de amor” (Freire, 2023, p. 52) que ela se faz presente em minha trajetória até a idade adulta a forma como engendro- a me faz acreditar que a leitura se faz essencial para a formação da criticidade.

A leitura e a escrita são habilidades necessárias para as comunicações. Observamos que na sociedade contemporânea essa afirmação se torna acentuadas principalmente com o advento da internet e sua expansão que fez com que as comunicações se tornem constantes. A origem da escrita que começa 300 a.c e se desenvolveu no decorrer da história mostra a importância da escrita para a comunicação humana. Dessa forma, a leitura e a escrita se reafirmam como necessárias para a comunicação e compressão. Dentro desta afirmação, cabe pensar que o desenvolvimento leitor tem sua relevância para além da esfera acadêmica.

Dada à importância dessas competências, buscou-se discutir a formação do leitor dos anos iniciais (1º - 5º ano). A inquietação que me trouxe até este trabalho vem das experiências profissionais e acadêmicas que me permitiram conhecer como a escola tem concebido a leitura. Assim, o objetivo é analisar as práticas de leitura com o texto na sala de aula pautada na questão problema: Onde se encontra o letramento textual nas propostas didático pedagógicas das professoras dos anos iniciais?

Os anos iniciais escolares segundo a organização municipal da cidade de Vitória da Conquista iniciam no primeiro ano que também é denominado como alfabetização. Essa etapa de ensino considerada de grande relevância para quem nela está atende as crianças na faixa etária de seis e sete anos. A alfabetização consiste no ensino da leitura, escrita e oralidade buscando desenvolver no estudante habilidades de ler e escrever de maneira adequada. A alfabetização e as formas de ensino sempre foram alvo de discussões entre professores e pesquisadores: Qual o melhor método? Como ensinar? Como deve ocorrer o processo de alfabetização? E o fracasso escolar? São vários os questionamentos que permeiam a cerca deste **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 9, n. 21, p. 3850 - 3862, maio, 2024.

tema. No entanto, nem sempre foi dessa forma, no decorrer da história essa etapa vem ganhando visibilidade nas políticas públicas. Para o melhor entendimento faz-se necessário destacar os processos de alfabetização no Brasil desde o período colonial ao regime militar.

2. ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL DO PERÍODO COLONIAL AO REGIME MILITAR.

2.1. ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL COLÔNIA (1549 – 1759)

O percurso de alfabetização no Brasil iniciou-se em 1549 com a chegada dos jesuítas que buscavam transmitir os conhecimentos cristãos. Para isso, houve o interesse em ensinar a língua portuguesa aos indígenas e filhos dos colonos no intuito de convertê-los a fé cristã católica. Buscando atender os interesses da igreja e do Estado foi criada no referido ano a escola de ler e escrever no Brasil. Dentro dessas circunstâncias foi criado o plano de estudos pelo padre Manoel da Nóbrega que trazia o aprendizado da língua portuguesa, a doutrina cristã, o cântico, a música e o aprendizado profissional e agrícola. Os métodos de ensino dos jesuítas eram pautados na observação do cotidiano indígena pautada nos jogos, brincadeiras, música e teatro.

Segundo Monteiro e Silva (2015, p. 17) o processo de alfabetização era excludente e não priorizava todos os cidadãos, as meninas e as crianças negras eram excluídas. Ainda assim, o ensino jesuítico de natureza religiosa persistiu a dois séculos findando em 1759 com a expulsão dos jesuítas pelo marquês de pombal.

Com a expulsão dos padres Jesuítas, o marquês de pombal colocou os militares para substituí-los tornando-os professores. Esses tinham caráter autoritário e militarizado fazendo que o ensino brasileiro regredisse; a alfabetização era pautada em decorar o alfabeto, a educação se dava mediante os castigos físicos.

Monteiro e Silva (2015, p. 20) pontua que a história da educação vem sendo dividida socialmente desde o período colonial com a prioridade da educação para a elite. Com bases nos estudos e nos destaques acima se conclui que os primeiros educadores foram os jesuítas que desenvolveram os primeiros métodos e estratégias para alfabetizar.

2.2. ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL IMPERIAL (1808 – 1889)

Em 1808 a corte portuguesa e a família real chegaram ao Brasil. Com essa vinda, várias mudanças ocorreram no sistema educacional, mudança essa que tinha por objetivo atender os filhos da nobreza. Para este fim foram criadas novas escolas e cursos foram implantados. O **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 9, n. 21, p. 3850 - 3862, maio, 2024.

ensino se divide em ensino primário, secundário e superior. Porém o ensino superior que ganhou destaque por ser restrito aos filhos da elite.

No período de 1808 a 1889 houve movimentações que culminou na primeira constituição brasileira de 1824, que previa em seu Art. 179 o ensino primário gratuito a todos os cidadãos. Ainda assim, por ser um período escravocrata o acesso a alfabetização era direcionado as famílias que tinham poder aquisitivo, padres e freiras.

Ainda neste tempo histórico, em 1834, com o ato adicionado a constituição, as províncias assumiram a responsabilidade do ensino primário e secundário como este cenário o ensino ficou fragmentado abalando as estruturas do sistema educacional de ensino. As províncias¹ estruturadas se mantinham com bons resultados enquanto as províncias carentes apresentavam resultados opostos. Foi dentro deste cenário que surgem as escolas particulares e só quem tinha poder aquisitivo alto que tinha direito a alfabetização; enquanto isso, a população menos favorecida ficava excluída do processo de ensino.

Monteiro e Silva (2015, p. 23) afirmam que com o novo reinado de Dom Pedro II muitas leis foram promulgadas, a escravidão foi chegando ao fim. Neste cenário a imigração nos países foi constante e vieram grupos religiosos trazendo cultura e religião. A religião protestante conseguiu agrupar os menos favorecidos na escola protestante que tinha como intuito alfabetizá-los para o ensino da bíblia. Diante do exposto fica claro que a alfabetização era direcionada para a elite e que a educação não era uma preocupação para os monarcas.

3853

2.3. ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL REPÚBLICA (1890 – 1864)

No período republicano houve reformas no sistema educacional brasileiro. Com legislações em vigor, as reformas educacionais buscavam promover uma educação que atendesse toda a população. Com as reformas educacionais o ensino primário e técnico passou a ser de incumbência do Estado e o superior da União. Ainda assim, mais uma vez, o processo de alfabetização das camadas populares continua em terceiro plano.

Para Monteiro e Silva (2015) *apud* Ramos (2010, p. 12), foi a partir de 1930 que a alfabetização no país passou a ser uma preocupação, resultado das mudanças decorrentes da revolução industrial. Neste mesmo ano foi criado o Ministério de Educação e Saúde Pública que efetivou decretos para a educação centralizando o ensino unificado como estratégias de ensino para a população. Nota-se que no decorrer da história da educação a alfabetização vai ganhando contornos até chegar ao período em que são pensadas políticas públicas próprias.

Ainda segundo Monteiro e Silva (2015), em 1932 com o surgimento do manifesto dos pioneiros da escola nova que proclamou a educação como direito de todos, sem distinção de classes reivindicando escola pública obrigatória e laica colocando-a como uma questão social. No referido ano muitas demandas ocorrem no setor educacional como o plano nacional de educação – PNE, a V conferência nacional de educação que teve uma relevância notável, pois foi a partir dela que foram pensadas ações para melhorar o ensino no país.

Dois anos após o surgimento do manifesto dos pioneiros da escola nova, a constituição de 1934 fixou o PNE como regime democrático além de atribuir a união à competência de criar diretrizes de educação em todo país. Segundo Brito (1997, p. 29) em decorrência do golpe de Estado essas ações não foram em sucedidas.

Pode se dizer que este cenário embora importante para a educação brasileira trouxe também reviravoltas no contexto educacional. Brito (1997, p. 30) afirma que, no ato institucional de 1937 retirou o PNE, dando visibilidade o ensino técnico profissionalizante que por vez era voltado para as camadas populares. Ou seja: os menos favorecidos. Neste sentido a constituição de 1934 entra em confronto com a constituição de 1937. Surge então carta magna de 1946 que serviu para a criação das Leis das Diretrizes e Bases da Educação Nacional quanto para retomar o que sugeria a constituição de 1934. Dentre as bonanças da constituição de 1946, uma delas foi democratizar o ensino.

3854

2.4. ALFABETIZAÇÃO NO REGIME MILITAR (1964 – 1985)

O regime militar foi um momento de tensão para o Brasil. O país no setor educacional tinha o tecnicismo e esse ensino buscava formar pessoas para o trabalho. A reforma no sistema educacional visava os interesses dos políticos dos pais.

Assis (2011, p. 65) compreende que essa época foi uma das mais significativas e transformadoras na história do Brasil marcado pela burocratização do ensino público e por método que deixava restrito a autonomia docente. O modelo pedagógico tinha a figura do professor como detentor do conhecimento. A prática pedagógica era voltada para o ensino tradicional: o professor que transmitia conhecimento.

Com o golpe militar alguns movimentos e centros passaram a ser proibidos por não seguir a ordem dos militares. O movimento da educação de base – MEB resistiu ao golpe devido a proteção da igreja. Entretanto, foi preciso modificar a linha teórico metodológica que posteriormente se integrou a ideologia do regime.

O regime militar tinha tanta atuação que em 1976 criou o movimento brasileiro de alfabetização – MOBRAL que tinha por base acabar com o analfabetismo no país e proporcionar alfabetização e letramento para as pessoas; com uma falsa ideia de melhores condições de vida. O marco educacional que ocorreu neste cenário foi à educação de jovens e adultos onde eram conduzidos a aprender a leitura, escrita e cálculo para ingressar ao mercado de trabalho.

Conforme Monteiro e Silva (2015, p. 24), com a recessão econômica que teve início nos anos 80, o MOBRAL se enfraqueceu sendo inviável a sua continuação. Segundo as autoras com o fim do regime militar a fundação educar assume os seus programas.

Para Santos (2004, p. 308), Paulo Freire surge propondo uma educação de valorização do sujeito onde o analfabeto tivesse consciência de suas potencialidades afirmando que cabe ao educador despertar no educando a sua consciência.

No início da década de 80, o país passou por transformações que repercutiu em todos os setores, inclusive na educação. Essas transformações como a mudança da legislação Brasileira buscou acompanhar o novo modelo político. Com isso a constituição de 1988 trouxe significativos avanços para a educação. Garantido que todos tenham acesso a educação, direitos esses que foram negados durante períodos atrás da história da educação no Brasil.

3855

Pelo contexto apresentado entende-se a constituição de 1988 foi um grande avanço para o setor educacional. Diferente dos contextos anteriores, a alfabetização atende a classe menos favorecidas e o acesso à educação não é restrito só para a elite.

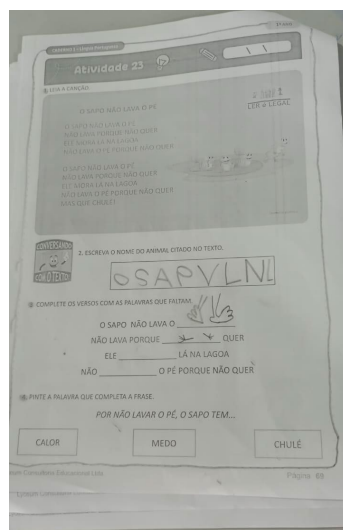
Diante do exposto percebe que a alfabetização ganhou novos olhares durante a história da educação no Brasil, precisamente em 1930 deste período em diante estratégias, métodos e práticas passam a ser uma preocupação entre professores, linguistas, alfabetizadores em torno da alfabetização no Brasil.

3. CONCEPÇÃO DE LEITURA

Os estudos propostos por Paulo Freire colocam o educando como protagonista do seu processo de aprendizagem. Assim, ele acredita que as palavras não devem ser colecionadas na memória, mas para escrever o mundo. O estudante na perspectiva Freireana é capaz de exercitar criticamente as palavras do seu mundo, a dizer as suas palavras. (Freire, 1981 p. 07) A escola por sua vez, inibe no estudante esse processo de ler pra ser. Este inibir se faz presente nas atividades pedagógicas propostas pelas professoras que em sua grande maioria carregam

atividades de cunho mecânico sem a valorização da linguagem, oralidade e letramento.

Conforme abaixo:



Na prática escolar cotidiana o conceito de leitura e o trabalho com o texto acabam pormenorizados devido à forma como ambos são apresentados aos estudantes. Quando o texto não é apresentado como interativo social acaba dentre outros fatores diminuindo sua real relevância. Não trabalham na sala de aula a interação ente o leitor e o texto e a sua interpretação ativa do que se lê. Assim, a relação texto-leitor acaba que passiva. “É mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento do mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto” Kleiman, (1993, p. 13).

Para Soares, o texto se constitui fundamental para atividades de letramento. Assim ela afirma que o texto deve ser o eixo fundamental no processo de alfabetização. A autora realça a ainda a importância do letramento e vincula tal capacidade ao processo de alfabetização; embora de natureza distinta, um é necessário ao outro formando estudantes habilidosos no ato da leitura e escrita.

A língua possibilita a interação entre as pessoas no contexto social em que vivem: sua função é, pois, sociointerativa. Essa função se caracteriza por meios de textos. Quando interagimos por meio da língua, falamos ou escrevemos textos, ouvimos ou lemos textos. (Soares, 2002, p. 34)

De acordo com Nobrega (2014) a leitura deve ser despertada na infância. Para a autora, a leitura estimula a imaginação, enriquece o vocabulário e permite acesso a outras culturas. Ela enfatiza ainda que o ato de ler possibilita ao sujeito uma formação ativa orientando-o a uma reflexão do contexto social e político. Para os autores:

Através do diálogo crítico sobre um texto ou um momento de sociedade, tentamos penetrá-lo, desvendá-lo, ver as razões pelas quais ele é como é, o contexto político e histórico em que se insere. Isto é, para mim um ato de conhecimento e não uma mera transferência do conhecimento. (Freire e Shor, 1986 pp. 24 e 25).

As proposições de Paulo Freire colocam-nos a questionar quais os perfis de educadoras e educadores se tem nas escolas e como estes conceituam a relação professor – aluno e a forma como são construídos os saberes entre eles. Pode se dizer também que as “tarefas” mecanizadas que acontecem em boa parte da sala de aula é fruto da opção política de cada docente.

Geraldi um estudioso das teorias de Bakhtin no Brasil, considera que atividades pensadas em sala de aula decorrem de metodologias articuladas de compressão e interpretação da realidade. Freire corrobora com este pensar quando atribui que elas precisam ser carregadas de criatividade, saberes e não de mera transmissão dos saberes. Neste sentido, cabe ao docente, mediador do processo refletir sua prática evitando desacertos na leitura e na escrita. Costa Val (1991) pontua que pessoas dizem as outras não palavras isoladas e sim textos.

Diante deste exposto, volta se às atividades didáticas pedagógicas no contexto da sala de aula onde a forma de ensinar o texto é visivelmente votada aos métodos “arcaicos” onde se encontram meras reproduções de atividades.

Geraldi (1984) critica a forma como é trabalhada o texto na sala de aula. Para ele, não são textos de cunho social. Fogem do uso da linguagem sendo o texto tratado de forma mecânica e artificial.

As teorias Bakhtinianas confirmam que é na interação que aprendemos. Neste sentido, a relação professor – aluno não deve ser dicotômizada deve então haver uma relação dialógica possibilitando ao aprendiz se reconhecer como agente ativo desse processo.

A orientação dialógica é, evidentemente, um fenômeno próprio de qualquer discurso. É a diretriz natural de qualquer discurso vivo. Em todas as suas vias no sentido do objeto, em todas as direções, o discurso de para com a palavra do outro e não pode deixar de entrar numa interação viva e tensa com ele (Bakhtin, 2015, p. 51).

Pontuar a relação professor – aluno é salientar as relações pedagógicas que perpassam as ações da escola. Essa relação é significativa e pode ser positivo na relação ensino aprendizagem. Desta forma, é importante que o professor não se coloque como o dono do saber

perante seus alunos, mas como alguém que anui o conhecimento o mesmo tem tornado a relação recíproca. O que possibilita o encorajamento e engajamento sendo excluída dessa relação à pedagogia do medo. Aprendizagem se torna prazerosa quando os professores estabelecem uma relação não só dialógica, mas respeitosa que tenham troca de experiências, perguntas, questionamentos e participação ativa.

Não se pode excluir a realidade do mundo dentro da escola é preciso compreender que as vivências dos discentes devem ser levadas em consideração e que o professor não pode ser o “dono” de todo o saber. É crucial que tenha a troca do saber para que haja interação e diálogo e que os anseios dos estudantes também sejam levados em consideração levando – os a questionar e participar.

A pedagogia Freireana tem como base a educação para a liberdade e para que tal educação seja promissora é necessário um movimento de ação – reflexão – ação dentro da sala de aula buscando a conscientização dos sujeitos envolvidos no processo de ensino já que o sentido da alfabetização é aprender escrever a vida. E como ensinar os educandos a escrever a vida com prática repetitivas e mecanizadas de leitura e escrita? O dinamismo docente é o início para refletir sobre sua prática perceber-se como ser inacabado e como um ser inacabado buscar estratégias pedagógicas que possibilite a aprendizagem dos estudantes.

3858

Os anos iniciais compreendem do primeiro ao quinto, sendo o primeiro ano denominado como período de alfabetização, mas as escolas centralizam o saber do conteúdo puramente sem a conscientização advinda do alfabetizar que é, portanto, pensar o mundo e julgá-lo. O alfabetizando ao começar a escrever não deve copiar palavras, mas expressá-las. Cabe ao educador – educando* apostar em um ensino autêntico que ocorre na autonomia discente onde houver transferência de saber não há conscientização.

A educação “bancária” que é criticada aqui neste trabalho reflete uma série de ações que a prática docente implica. Identificaram-se posições de contradição entre a fala docente e a prática: O educador o único que sabe; o educador o único que pensa; os educandos objetos do processo de aprendizagem. Nota se que a educação bancária cumpre sua função enquanto instrumento de opressão.

As atividades didáticas pedagógicas nas turmas do 1º ao 5º ano dos anos iniciais de uma Escola Municipal da Rede Pública de Ensino são subsidiadas por meio do livro didático *Àpis* da editora ática, do programa Educar pra valer (EPV) do projeto Aprova Brasil e também do programa Tempo de Aprender. Os objetivos destes programas e projetos é melhorar o

desempenho dos estudantes dos anos Iniciais. Contudo, observou-se que tais programas, projeto e o livro didático não incorpora a linguagem nas atividades textuais, tampouco inclui a diversidade textual como forma de usar os textos reais.

O livro didático *Ápis* do componente Curricular Língua Portuguesa busca, segundo as autoras (Bertin; Marchezi; Triconi, 2021) aprimorar os processos de alfabetização, leitura e escrita buscando o desenvolvimento da literacia. A coleção traz a linguagem textual diversificada. No entanto, ao analisar o documento didático percebe-se outra dinâmica; A dinâmica que não insere os gêneros textuais de forma adequada ignorando o potencial que este possibilita na sala de aula tendo em vista que os gêneros textuais colaboram no desenvolvimento da linguagem e pode corroborar com o desenvolvimento leitor.

O programa Educar pra valer criado pela Associação Bem Comum em parceria com a fundação Lemman é um programa que atendeu inicialmente a cidade de Sobral – CEARÁ. A meta deste programa é elevar a educação assegurando a alfabetização na idade certa e aprendizagem dos conteúdos nos anos iniciais. Os conteúdos textuais presente nos cadernos do EPV confirmam a falta do letramento textual e dos gêneros textuais que são relevantes no processo de ensino aprendizagem.

Aprova Brasil é um projeto que visa analisar o desempenho dos estudantes a partir da avaliação em larga escala. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, órgão responsável pela aplicação acredita que o Sistema Educacional da Educação Básica – SAEB pode melhorar o sistema educacional de Ensino. Desta forma, a escola prepara os estudantes do 5º ano para a realização de uma boa prova. Para isso conta com o livro denominado “Aprova Brasil” da Editora moderna para guiar as atividades relacionadas à avaliação. O livro contém questões objetivas e discursivas e tem o texto como embasamento para as respostas. Mais uma vez o texto é simplificado dentro da sala de aula.

O programa Tempo de Aprender tem como foco o aprimoramento da alfabetização com intuito de melhorar sua qualidade. Para isso, o programa conta com quatro eixos: formação continuada de profissionais da alfabetização, Apoio pedagógico gerencial para alfabetizadores, aprimoramento das avaliações de alfabetização e valorização dos profissionais da educação. Na prática cada instituição escolar se organiza à sua maneira. Na escola que foi lócus desta pesquisa a dinâmica consiste na retirada dos estudantes da sala de aula pela assistente de alfabetização para o momento da leitura. Os estudantes são do 2º ao 5º e a leitura é medida por

meio do caderno de fluência referente a cada ano. Os textos por sua vez, são textos sem nexo com o cotidiano trazendo palavras de origem que dificulta o entendimento do estudante.

Como resultado foi constatado que não existe letramento textual nas práticas das professoras do 1º ao 5º ano. No período de observação em campo constatou-se que o ato de ler nas turmas é inexistente e a diversidade textual, produção de texto não faz parte das práticas pedagógicas das docentes deste locus de pesquisa.

Considerações Finais

A leitura é relevante para se viver em sociedade. A leitura do mundo a qual propõe Paulo Freire é essencial para que se leia a vida e assim existenciá-la. A educação para a liberdade está pautada no diálogo, interação processos fundamentais para o ensino – aprendizagem. A escola enquanto responsável pela formação acadêmica do estudante tem a função primordial de formar cidadãos questionadores e é por meio das práticas pedagógica inerente a sala de aula que esse movimento de ensino acontece. Para tanto, todo o corpo docente deve encarregar-se pelo uso interdisciplinar dos textos de modo que não somente o professor de Língua Portuguesa se incuba desse ofício. Saliento que a diversidade textual em sala de como instrumento de aprendizagem contribui para a análise crítica do uso da língua essa prática vinculada aos textos do cotidiano potencializa o sujeito levando-a a entender a função comunicativa dos textos.

Os textos usados em sala de aula possuem um teor unicamente didático previamente escolhido pela professora. Os alunos fazem as atividades mecanizadas sem nenhuma análise ou discussão do que está lendo. A leitura e a escrita são habilidades essenciais para a interação, no entanto verificou-se que não há estímulo de escrita e de leitura. Ou seja, não é ensinado e nem há atividades com foco nestas habilidades. O Parâmetro Curricular Nacional de Língua Portuguesa discorre a relevância dos diferentes gêneros textuais a fim de mostrar os percursos linguísticos que este apresenta.

Considerando a problemática das práticas pedagógicas em relação ao letramento textual e análise da prática, a investigação conclui que o ensino bancário é que rege a intuição de ensino inicialmente citada.

A escola deve atuar como um local incentivador das práticas leitoras desde a educação Infantil como forma de desenvolver nos estudantes hábitos de leituras que tenha em sua origem letramentos. Algumas instituições educacionais colocam o professor como o único ator frente

ao processo de ensino e aprendizagem. Para muitas, o aluno é considerado um sujeito sem conhecimentos prévios onde as instituições apresentam lhes tais conhecimentos. Na verdade, antes de adentrar o referido ambiente as crianças e adolescentes já trazem em suas bagagens históricas e sociais aprendizados que adquiriu anterior a escola.

Nesta perspectiva cabe ao professor anuir o que é trazido pelo aluno. Na escola, a leitura é utilizada pelas professoras como uma mera decodificação e uma compreensão mecanizada. No entanto, não basta somente compreender o significado das palavras de forma isolada. Mas entender o seu contexto. Paulo Freire (1996, p. 8) entendia que “a leitura da palavra é sempre precedida pela leitura de mundo” é dentro da visão do filósofo brasileiro que o professor deve inserir o letramento com atividades de leituras e produções de textos reais, de práticas sociais e de leitura e escrita. A escola precisa abandonar as formas tradicionais com as quais trabalham, é preciso implantar práticas de ensino que favoreçam a alfabetização e o letramento.

Para que a leitura seja satisfatória na sala de aula e conseqüentemente na escola como o todo é preciso que haja uma contextualização entre leitura, escrita e realidade. Se a escola deseja uma leitura fluente, é preciso inserir o texto na prática de ensino e não voltar à forma como eram as cartilhas que resultava em um amontoado de atividades sem contextos.

Importante ressaltar que as práticas de leituras contribuem no processo formativo do aluno estimulando o prazer pelo ato de ler, este deve ser estimulando desde a alfabetização, pois a leitura é também o caminho pra a escrita. Ou seja, a escrita é consequência da leitura, e não o contrário. A escola por sua vez faz um trajeto pedagógico diferente.

3861

Referências

ASSIS, Luís André Oliveira de. **Rupturas e permanências na história da educação brasileira: do regime militar à LDB/96**. Disponível em: <http://www.fja.edu.br/praxis/documentos/ensaio.02>. Acesso em 20 Dez. 2023.

BAKHTIN, M.M.; **Estética da criação verbal**. 6. ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

COSTA VAL, M. G; **Redação e Textualidade**. S. Paulo, Martins Fontes: 1991

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

_____. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUZA, A. F; **O conceito de leitura na Prova Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras). – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

GERALDI, J. **O texto sala de aula; leitura e produção**. Cascavel: Assoeste, 1984. p. 41-49.

KLEIMAN, Ângela; **Oficina de leitura: teoria e prática**. Campinas: Pontes: Unicamp, 1993.

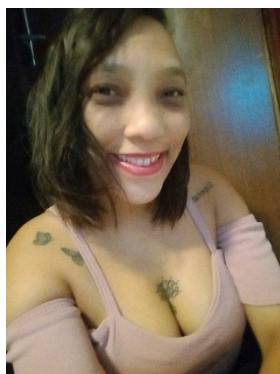
Política Nacional de Alfabetização; Programa Tempo de Aprender. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>. Acesso em 06 de Dez. de 2023

Projeto Aprova BRASIL Disponível em: <https://projetoaprovabrasil.com.br/>. Acesso em 06 de Dez. de 2023.

SOARES, Magda; **Alafalettrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. 1- ed. São Paulo: contexto, 2022.

TRINCONI, Ana; BERTIN, Terezinha, MARCHEZI, Vera. **Ápis mais: Língua Portuguesa: 1º ano** – 1. ed. – São Paulo: editora ática, 2021.

Autor 1:



Ana Cláudia Mendes Novais
Pedagoga formada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Membro do Grupo de Estudos Núcleo de Apoio à Inclusão – GPNAI.
E-mail: mendesnovais07@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4791904664434221>

3862